

OGA PYSY: UMA CASA PARA CONHECER A UFGD

Elaine da Silva Ladeia ¹

INTRODUÇÃO

A sobrevivência das populações indígenas, desde o contato com os colonizadores, sempre esteve ameaçada e as reservas criadas surgem como “reconhecimento” do direito deles de existirem e de “serem protegidos”. O cotidiano das reservas e as relações em seu interior são exatamente o contrário de autonomia. As casas de reza representam a resistência e a proteção espiritual dos Guarani e Kaiowá.

A UFGD e muitas outras IES, têm recebido em seus diversos cursos, acadêmicos indígenas. Em geral, chegar até as universidades pode significar a possibilidade de formação de profissionais indígenas em diferentes áreas, evidentemente, mas acima de tudo, reflete uma realidade em que é possível acreditar na garantia dos direitos e em uma educação escolar indígena diferenciada, sob autonomia nos dois etnoterritórios de MS e em todo o país. Nesse sentido, o trabalho teve como objetivo promover a aproximação e troca de saberes entre os docentes e discentes das escolas públicas com a UFGD através da Oga Pysy /FAIND, visando assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos, contribuindo para o ingresso crescente desses povos na instituição, ampliando assim, o diálogo intercultural.

A *Oga Pysy* tem promovido aos visitantes conhecer e reconhecer os diferentes espaços da UFGD, realizando trocas de saberes globais, científicos e tradicionais, é uma escola tradicional emprestando sua forma de ensinar e aprender através da FAIND e da UFGD à sociedade.

METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido através de visita guiada (guatá – andança), desenvolvidas em Dourados, no Espaço de Práticas Pedagógicas – *Oga Pysy* da FAIND/UFGD. Essa atividade recebeu várias visitas de escolas da rede municipal de Dourados e região, bem como de outros 17 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. As visitas iniciavam com a chegada na FAIND e então eram coordenadas por um bolsista do projeto e pela coordenadora, os quais em parceria com outras unidades acadêmicas da

¹ Docente do Curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena – *Teko Arandu* e do Programa de Pós graduação em Educação e Territorialidade - PPGET da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, elaineladeia@ufgd.edu.br



UFGD (FCH -LGF, NEEF, FCA e FCBA), apresentavam a *Oga Pysy*, sua importância para os Guarani e Kaiowá, e em seguida uma visita guiada pelos espaços da UFGD de outras faculdades, nas quais estavam os cursos de interesse dos alunos visitantes. Não houve necessidade de enviar o projeto ao Comitê de Ética por se tratar de um projeto de extensão, o qual não utilizou procedimentos dessa ordem.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escola do século XIX incorporou uma aparência própria (que se universalizou), pela qual passou a ser reconhecida (na Europa ou no Brasil) e considerada como possibilidade de mudança de vida para as gerações mais jovens que dela fizesse parte. Todavia, ela reproduz na maioria das vezes, as relações da sociedade capitalista, consolidando-se como desigual e excludente.

Para Gadotti (1995, p.55) “O ensino burguês é necessariamente elitista, discriminador.” Concordamos com o autor, já que as condições escolares não são idênticas para todas as crianças e que o filho do trabalhador é também trabalhador.

Segundo Poulantzas (2000), no âmbito da sociedade capitalista de produção, os sujeitos pertencentes as frações sociais dominadas acessam direitos e condições diferentes das frações dominantes, mas também isso ocorre entre si, já que, como alerta o autor, o conjunto de pobres se constituem em sujeitos, que embora menos abastados, não são iguais entre si. Assim como as frações dominantes são distintas entre si, também isso ocorre entre as frações dominadas, sendo que todos os segmentos se encontram sob domínio da fração hegemônica de cada tempo, assim como o Estado. Uma das formas como essas condições acontecem, passa pelo acesso a escola por parte dos sujeitos pertencentes as frações menos abastadas, como por exemplo, as populações tradicionais, dentre elas, os povos indígenas.

A sobrevivência das populações indígenas, desde o contato com os colonizadores, sempre esteve ameaçada e as reservas criadas surgem como “reconhecimento” do direito deles de existirem e de “serem protegidos”. Apenas pelo detalhe que as condições criadas estavam longe de considerarem “seus territórios”. O cotidiano das reservas e as relações em seu interior era exatamente o contrário de autonomia.

A partir de 1988, a educação diferenciada indígena passou a compor os direitos respaldados na Carta Magna, a qual conforme apontado por Medeiros (2018, p.13), reconheceu o uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, abrindo caminho para a construção da escola indígena diferenciada.



Em 2004, de acordo com Abreu (2020, p.03/04), o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto 5051, em 19/04/2004, chamando a responsabilidade para o poder executivo sobre a Convenção nº169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre os povos indígenas e tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989. Sob a Convenção 169/1989, referenciada nesse Decreto 5.051/2004, em seus Artigos 6º e 7º vincula-se ao direito de participação e de consentimento dos povos indígenas, toda ação que possa vir afetá-los diretamente, inclusive projetos nacionais de desenvolvimento e que influenciem na ocupação territorial, na cultura e modo de viver das comunidades indígenas. Posteriormente, em 2009, o Governo do presidente Lula, assinou o Decreto 6.861, criando a educação escolar indígena diferenciada, bem como seu modo de organização, a partir dos Territórios Etnoeducacionais (TEE).

Segundo LADEIA e ABREU (2023, pg 263), a criação dos TEE permitiu a possibilidade de interpenetração da organização da educação escolar indígena e a territorialidade de seus povos, independentemente da divisão política entre estados e municípios, que compõem o território brasileiro. No estado de Mato Grosso do Sul, contudo, nota-se que a partir da criação dos TEE, de acordo com Souza, (2017, p. 74), “mudou o olhar e passou-se a ver o território como sendo Guarani e Kaiowá”, de modo que o território é a cultura e a língua que o formam.

Para expressar a importância da implantação dos TEE, LADEIA e ABREU (2023, p. 239), destacam a importância da formação de professores indígenas para atuação em escolas de seus territórios. A partir de 2002 até 2020, com a criação de cursos superiores específicos para professores indígenas, só em Mato Grosso do Sul, foram formados mais de 240 professores GK no Curso de Licenciatura Indígena Teko Arandu/FAIND/UFGD, no TEE Conesul, que somados ao TEE Povos do Pantanal (Licenciatura Indígena/UFMS), contabilizam aproximadamente cerca de 700 professores indígenas com habilitações específicas em nível superior. Observamos que além dos cursos específicos como o Teko Arandu/FAIND/UFGD, outros cursos da UFGD e de outras instituições de ensino superior também têm recebido em seus diversos cursos, acadêmicos indígenas.

As autoras reforçam que seja nas licenciaturas, seja nos demais cursos de graduação, chegar até as universidades pode significar a possibilidade de formação de profissionais indígenas em diferentes áreas evidentemente, mas acima de tudo, reflete uma realidade em que é possível acreditar na garantia dos direitos de crianças, jovens e



adultos indígenas, em uma educação escolar indígena diferenciada, sob autonomia nos dois etnoterritórios de Mato Grosso do Sul e em todo o país.

Nesse sentido, a proposta de apresentação da UFGD via Oga Pysy/FAIND, contribuiu para a inserção e ingresso crescente desses povos na instituição, ampliando o diálogo intercultural com as etnias Guarani e Kaiowá e os conhecimentos acadêmicos. De acordo com Eliel Benites (2014, p. 67): “busca-se constantemente a perfeição diante dos deuses e a aquisição de dons e sabedorias para a revelação divina, por meio de sonhos e da visualização do invisível – saberes estreitamente relacionados aos rituais xamânicos”, tais ritos são realizados na casa de reza.

Para BENITES (2023), a casa de reza da FAIND, através das pessoas da FAIND “busca nas forças dos ancestrais a construção de novos caminhos epistemológicos/metodológicos com base dos diálogos produzido pelos humanos (*ava kuéra*) para a reconstrução permanente dos *tekoha* (território) tradicionais nas comunidades onde vivem”. Ela será o primeiro passo da grande dança nas reconstruções permanentes dos territórios como resistência diante dos desafios que estão se levantando no Brasil e no mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da *Oga Pysy*, indígenas e não indígenas, das escolas públicas e privadas da Grande Dourados, do Etnoterritório Conesul e de outros municípios de Mato Grosso do Sul, que a visitaram, conheceram o trabalho realizado na UFGD e como ela vem oportunizando em sua gama de cursos, possibilidades aos futuros profissionais nas diversas áreas do conhecimento.

Durante a realização desse trabalho, visitamos escolas da região, apresentando a UFGD aos estudantes de ensino fundamental e médio (EM), no caso dos formandos de EM, estimulando uma conexão com esses futuros universitários, permitindo-lhes fazer escolhas em sua formação futura, e compartilhar das atividades promovidas pela instituição. O trabalho foi desenvolvido majoritariamente nas dependências da FAIND/UFGD, através da recepção de estudantes das seguintes etapas de ensino:

-Ensino Fundamental e Médio (Escolas de Dourados (EM Viegas, EM Reis Veloso, EM indígena Tengatuí Marangatu, EMIndígena Araporã), Escolas Municipais Indígenas dos municípios de Amambai, Eldorado, Tacuru, Antonio João, Caarapó, Paranhos, Rio Brilhante, que compõem o etnoterritorio CONESUL.

- Institutos Federais - IFMS Dourados, IFMS Três Lagoas, IFMS Ponta Porã



- Ensino Superior – Acadêmicos dos cursos de graduação da UFGD em: Geografia, História, Medicina, Psicologia, Nutrição, Matemática, Ciências Sociais, Biologia e Química.

- Pós Graduação – acadêmicos dos cursos de pós graduação de mestrado e doutorado em Psicologia, História, Residência em Saúde Indígena, Geografia, Educação e Territorialidade, Antropologia.

Também foram realizadas atividades de apresentação da Oga PYSY NAS ESCOLAS INDÍGENAS: EMI Pancho Romero – Aldeia Paraguaçu/Paranhos; EMI Adriano Pires – Aldeia Pirajuí/Paranhos; EE Yvy Poty – Aldeia Tei`ykuê/Caarapó; EMI Ubaldo Arandu Kue Mi – Aldeia Sassoró/Tacuru; EMI Tomásia de Vargas – Aldeia Jaguapiré/Tacuru; EMI Pirakuá – Aldeia Pirakuá/Bela Vista; EMI da Aldeia Taquapery/Coronel Sapucaia; EEI Mboeroy Guarani Kaiowá – Aldeia Amambai/Amambai; EMI Mboerenda Yvypoty – Aldeia amambai/Amambai; EMI Tupã – Aldeia Limão Verde/Amambai.

Como resultado maior tivemos maior número de interessados nos cursos da FAIND, que são 5, bem como em outros cursos da UFGD, a proposta vai seguir sendo realizada independente de fomento, no primeiro ano entendemos que foi um piloto para essa porta de entrada na UFGD, contudo, acreditamos que nessa forma de diálogo e recepção, poderemos atrair futuros universitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oga Pysy tem promovido aos visitantes conhecer e reconhecer os diferentes espaços da UFGD, realizando trocas de saberes globais, científicos e tradicionais, é uma escola tradicional emprestando sua forma de ensinar e aprender através da FAIND e da UFGD à sociedade. Em especial, para os Guarani e Kaiowá a casa de reza (*oga pysy* ou *ongusu* - casa grande), é onde são realizadas atividades ritualísticas como batismo da criança (*mitã karai*), festa do milho (*jerosy*), entre muitos outros. É também, o lugar onde se realizam contação de histórias antigas sobre as origens do mundo, dos antepassados, das aldeias, dos guardiões (*jaras* - divindades, espiritualidade) que povoam o multiverso Guarani e Kaiowá.

Palavras-chave: educação, povos indígenas, conhecimentos tradicionais, comunicação, ensino-aprendizagem.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da CAPES/CNPq, FAIND/UFGD, PROEC/UFGD, Rezadores e Rezadoras GUARANI E KAIOWÁ, na execução desse projeto.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. de. Território Etnoeducacional Cone Sul e Educação Diferenciada Indígena: Interculturalidade e Resistência. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 37, e43518, 2020.

BENITES, Eliel. **Oguata Pyahu** (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da aldeia Te'yikue. 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2014.

BENITES, Eliel. **A importância da Casa de reza para a FAIND.** (manuscrito.04/10/2022).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva.1988.

BRASIL. **Convenção 169**/ Organização Internacional do Trabalho. 1989.

BRASIL. MEC/SEF – **Referenciais Curriculares para a Formação de Professores**. 2002.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Dispõe sobre a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas Tribais. v. 14, n. 27, 2023 - ISSN 2176-9559

REL/DOI 10.30612 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm, acesso em 20 novembro de 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2009. n. 100, Seção 1, p. 23.

GADOTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. - São Paulo: Cortez, 1995.

LADEIA, Elâine da Silva, ABREU, Silvana de. A ESCOLA E O TERRITÓRIO COMO SENTIDO DOS TERRITÓRIOS ETNOEDUCACIONAIS – TEE: ASPECTOS DE CONFORMISMO E RESISTÊNCIA NO TEE CONE SUL (MS). **Revista Entrelugar**. v. 14, n. 27, 2023. p.229-260. ISSN 2176-9559 REL/DOI 10.30612

MEDEIROS, Juliana Schineider. Democracia, Liberdades, Utopias - História da Educação Escolar Indígena No Brasil: Alguns apontamentos. **XIV Encontro Nacional de História – ANPUH**, UFRGS, 18 a 21 de julho de 2018, 19p.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

